

**COMPREENDER O PASSADO PARA REPENSAR O PRESENTE: A  
LITERATURA INFANTIL NA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES**

**UNDERSTANDING THE PAST TO RETHINK THE PRESENT: THE  
CHILDREN'S LITERATURE IN THE HISTORY OF TEACHER  
EDUCATION**

**CONOCER EL PASADO PARA REPENSAR EL PRESENTE: LA  
LITERATURA INFANTIL EN LA HISTORIA DE LA FORMACIÓN  
DEL MAESTROS**

*Fernando Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Com os objetivos de compreender a história do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores e contribuir para o debate sobre as políticas e práticas atuais relacionadas a esse ensino, apresentam-se, mediante pesquisa histórica, aspectos de como foi prescrito o “ensina a ensinar” literatura infantil no estado de São Paulo, entre 1947 e 2003. A institucionalização desse ensino na formação de professores esteve diretamente relacionada à construção de um saber escolar, que encontrou sua sustentação teórica especialmente em conceitos da Psicologia, contribuindo diretamente para a formação de um conceito de literatura infantil ligado ao desenvolvimento psíquico infantil. Com a força de uma “tradição inventada”, esse ensino contribuiu para a construção de um modo específico de dar a conhecer a literatura infantil no Brasil e por subsidiar as relações de ensino referentes a esse gênero literário, ainda identificadas no presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Infantil. Ensino. Formação de professores. História da Educação.

**ABSTRACT:** Aiming to understand the history of teaching children's literature in teacher education courses and contribute to the current debate on policies and practices related to this teaching, we present, through historical research, aspects how it was prescribed the “teach to teach” children's literature in São Paulo State, between 1947 and 2003. The inclusion of this teaching in teacher education has been directly related to the construction of a school knowledge about this literary genre, that has been theoretically supported by concepts of Psychology. This has directly contributed to the formation of a concept of children's literature related to children's mental development. With the strength of an “invented tradition”, this teaching has contributed to building a specific way of understanding children's literature in Brazil and to subsidize educational practices relations about this literary, still used in the present.

**KEYWORDS:** Children's Literature. Teaching. Teacher Education. History of Education.

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Educação pela UNESP-Marília; Professor do curso de Pedagogia das Faculdades FACCAT–Tupã-SP. E-mail fer.tupa@gmail.com.

**RESUMEN:** Con el objetivo de comprender la historia de la enseñanza de la literatura infantil en los cursos de formación del profesorado y contribuir al debate sobre las políticas y prácticas actuales relacionadas con esta enseñanza, presentamos, través de la investigación histórica, como lo fue dirigido el “enseñar a enseñar” la literatura infantil en el estado de São Paulo, entre 1947 y 2003. La institucionalización de la literatura infantil en la formación docente estaba directamente relacionado con la construcción de un conocimiento escolar, que encontró su soporte teórico en los conceptos de la Psicología, que contribuye directamente a la formación de un concepto de la literatura infantil involucrado con el desarrollo psicológico del niño. Con la fuerza de una “tradicción inventada”, esta enseñanza ha contribuido a la construcción de una determinada manera de pensar la literatura infantil en Brasil y subsidiar las relaciones educativas con respecto a este género literario, que aún permanecen en el presente.

**PALABRAS CLAVE:** Literatura Infantil. Educación. Formación del profesorado. Historia de la Educación.

## **Introdução**

No Brasil, pensar as questões relativas à literatura infantil e seu ensino é algo que data pouco mais de um século. Pesquisas do tipo “estado da arte”<sup>1</sup> têm possibilitado compreender que desde o final do século XIX tem sido recorrente a preocupação de professores e intelectuais com os usos que a escola faz do texto literário no processo de formação da infância. No conjunto desse conhecimento que vem se acumulando, nos últimos 30 anos, têm despontado estudos e pesquisas acadêmico-científicas que enfatizam o papel do ensino da literatura infantil e a decorrente necessidade de formar profissionais (professores e mediadores de leitura) centrados na “[...] sensibilização para o *estético literário*, função diametralmente oposta à manipulação da sensibilidade intuitiva do aluno para reforçar um quadro de valores éticos, sociais, afetivos, ideológicos.” (LAJOLO, 1982, p. 15, grifos da autora).

O que se observa nessas pesquisas, quase em uníssono, é a defesa do ensino da literatura com base na “literariedade” do texto, com preleções a uma formação estética e ética de seu leitor, em imediata oposição às práticas que se convencionou denominar de “didatistas”, “pedagogizantes” e “moralistas”, formuladas e disseminadas ao longo do século XX brasileiro.

Embora não haja dúvidas de que seja necessário pensar o lugar do texto literário na formação dos leitores de uma perspectiva que não essa, as pesquisas sobre o assunto vêm se repetindo exaustivamente nos últimos anos, de modo que as teses e dissertações brasileiras pouco têm avançado em relação ao que se produziu nas décadas anteriores (OLIVEIRA, 2012; MORTATTI; OLIVEIRA, 2015). Mais do que isso, o que se observa na produção científica recente sobre a literatura infantil são silêncios eloquentes, que

abrem espaços para questões fundamentais, como, por exemplo: qual o engendramento das práticas de ensino da literatura infantil utilizadas no passado e os possíveis desdobramentos e relações que essas práticas estabelecem com os problemas enfrentados no presente? Que práticas de ensino relativamente à literatura infantil eram consideradas necessárias na formação dos professores e como essas práticas são consideradas, hoje? Qual a relação da história do ensino da literatura infantil com o modo como compreendemos na atualidade esse ensino? Qual o legado deixado pela da história do ensino da literatura infantil?

Essas questões abrem um leque de possibilidades investigativas, dentre as quais, o ensino da literatura infantil e sua relação com a história da formação de professores no Brasil.

Embora pensar sobre questões do passado possa parecer pouco produtivo, especialmente num presente histórico em que são tão urgentes e alarmantes os problemas enfrentados com a formação de leitores da literatura<sup>ii</sup>, “[...] a figura do passado guarda seu valor primeiro de representar *o que faz falta*. Com um material que, para ser objetivo, está necessariamente *lá*, mas conotativo de um passado na medida em que remete de imediato a uma ausência, ela introduz também a fenda de um futuro.” (CERTEAU, 1976, p. 41, grifos do autor).

Pelo exposto, com os objetivos de compreender a história do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores e contribuir para o debate sobre as políticas e práticas atuais relacionadas a esse ensino, apresentam-se aspectos do modo como foi organizado e prescrito esse ensino nos Cursos Normais, de Escolas Normais e Institutos de Educação, nas Habilitações Específicas de 2º. grau para o Magistério (HEM) e nos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM)<sup>iii</sup>, todos cursos que formaram professores no estado de São Paulo<sup>iv</sup>, no período compreendido entre 1947 e 2003. Essas datas referem-se, respectivamente, à primeira e à última vez em que se constata a presença da matéria/disciplina “Literatura infantil” nos currículos desses cursos.

Para tanto, são analisados documentos relativos à institucionalização desse ensino, como leis, decretos, programas de ensino e matrizes curriculares, e os relativos às concretizações, como os manuais de ensino<sup>v</sup>.

## **1. Primeiras iniciativas de institucionalização do ensino da literatura infantil em São Paulo (1947-1956)**

Desde que a infância assumiu o estatuto de categoria social e econômica como fase da vida distinta da adulta, desenvolveu-se, a partir do século XVIII, em grande parte do mundo ocidental, uma preocupação de âmbito formativo com a criança, que incidiu diretamente nos modos de pensar e agir em relação ao tratamento desse público. Desse processo, “[...] emerge a literatura infantil, contribuindo para a preparação da elite cultural, através da reutilização do material literário oriundo de duas fontes distintas e contrapostas: a adaptação dos clássicos e dos contos de fadas de proveniência folclórica” (ZILBERMAN, 1981, p. 44).

No caso do Brasil, especialmente na primeira metade do século XX, na medida em que a produção de livros de literatura infantil foi crescendo, também se iniciaram as críticas com relação aos perigos que certos livros podiam representar para a formação das crianças. Entendiam os educadores da época que alguns livros poderiam “desviar” a criança de uma boa formação moral e psíquica.

Nesse contexto, o governo do estado de São Paulo implantou algumas iniciativas, dentre elas, foi criada, em 1947, a matéria “Literatura infantil” no Curso Normal do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, localizado na capital do estado. Essa iniciativa se deu no âmbito de uma ampla reforma do Ensino Normal no estado de São Paulo, a fim de adequá-lo à *Lei Orgânica do Ensino Normal* (Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946), por meio do Decreto Estadual nº. 17.698, de 26 de novembro de 1947.

Com esse decreto, no conjunto das mudanças que promoveu, ficou estabelecido que a formação de professores primários paulistas passasse a ocorrer em dois tipos de instituição: as Escolas Normais, situadas no interior do estado, no litoral e também em bairros da capital; e o Instituto de Educação “Caetano de Campos”. No entanto, apenas no Curso Normal, oferecido no Instituto de Educação, foi criada a matéria “Literatura infantil”, na 3ª. série do curso. Nas demais instituições, o currículo não previa essa matéria.

Pelo fato de essa matéria ter sido criada apenas no Instituto, o Departamento de Educação de São Paulo não tomou providência com relação à publicação de programas de ensino específicos sobre o assunto. Apesar disso, começaram a circular no estado alguns manuais de ensino, os quais contêm capítulos destinados a “ensinar a ensinar” literatura infantil em cursos de formação de professores, que serviram de base para os professores normalistas organizarem os conteúdos e as práticas que utilizavam em suas aulas. Ao todo, entre 1947 e 1956, foram publicados três manuais de ensino com capítulos sobre literatura

infantil. São eles: *Metodologia da linguagem* (1949), de J. Budin; *Metodologia da linguagem* (1951), de Orlando Leal Carneiro; e *Práticas escolares* (1954), de Antônio d'Ávila<sup>vi</sup>.

Os capítulos sobre literatura infantil contidos nesses manuais apresentam uma concepção de literatura infantil centrada na ideia de que esse fenômeno literário se constitui como um instrumento de aquisição de conhecimentos e de aperfeiçoamento do caráter, que contribui para a formação do gosto artístico e da socialização da criança.

Ainda na década de 1940, devido à escassez de textos e materiais que pudessem subsidiar o ensino da literatura infantil, passou a circular no Brasil o livro *La literatura infantil* (1944), do uruguaio Jesualdo Sosa<sup>vii</sup>, amplamente utilizado no ensino da literatura infantil pelos professores brasileiros.

Nesse livro, o autor defende que as funções da literatura infantil eram: instrutivas, moralistas e lúdicas, de modo que “[...] responden a las necesidades del niño, y ejercen una influencia muy feliz em el desarrollo de su psique.” (SOSA, 1944, p. 36).

## **2. Sistematização de um saber: a disciplina “literatura infantil” (1957-1970)**

Dez anos após a criação da matéria “Literatura infantil”, em 1957, os Cursos Normais do estado de São Paulo passaram por uma nova reforma, mediante a publicação da Lei Estadual nº. 3.739, de 21 de janeiro de 1957, que definiu um modelo único de Curso Normal para todo o estado de São Paulo.

Com essa reforma, o currículo passou a ser organizado em disciplinas e não mais matérias, que ficaram assim definidas:

Artigo 3.º [...]

- 1 – Pedagogia e Psicologia geral e Educacional;
  - 2 – Filosofia e História da Educação;
  - 3 – Metodologia e Prática do Ensino Primário;
  - 4 – Anatomia e Fisiologia Humanas, Higiene e Biologia Educacional;
  - 5 – Sociologia Geral e Educacional;
  - 6 – Desenho Pedagógico;
  - 7 – Português, Linguagem e Literatura Infantil;
  - 8 – Matemática e Estatística aplicada à Educação;
  - 9 – Ciências Físicas e Naturais;
  - 10 – História da Civilização Brasileira;
  - 11 – Música e Canto Orfeônico;
  - 12 – Educação Física, Recreação e Jogos;
  - 13 – Trabalhos Manuais e Economia Doméstica; e
  - 14 – Educação Social e Cívica
- (SÃO PAULO, 1957, p. 160).

Conforme se observa, o ensino da literatura infantil passou a integrar todos os currículos de Cursos Normais do estado de São Paulo, sendo ministrada no 3º. ano do curso.

A partir disso, ocorreram nesse estado algumas ações visando a contribuir para a sistematização do ensino da literatura infantil na formação dos professores. Dentre elas: foi realizado o Curso Intensivo de Literatura Infantil, promovido pela Biblioteca Central do Departamento de Educação, realizado entre os dias 27 de maio e 1º. de junho de 1957, e que decorreu na publicação do livro *Curso de literatura infantil*, organizado por Antenor Santos de Oliveira; e foi realizada a I Semana de Literatura Infantil, organizada no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, entre os dias 21 e 28 de outubro de 1957.

No ano seguinte à criação da disciplina, 1958, a Chefia de Serviço do Ensino Secundário e Normal publicou os novos programas de ensino para o Curso Normal, dentre os quais, o programa de “Literatura infantil”, que ficou assim definido:

- I – Literatura infantil.
  - 1 – Origem e desenvolvimento da Literatura infantil.
    - a) A tradição oral.
    - b) Fábulas, viagens, contos de fadas para adultos.
    - c) Primeiras coletâneas dos contos Maravilhosos para adultos.
    - d) a literatura de ficção criativa no século XIX.
    - e) A literatura infantil no Brasil. Os precursores (século XIX), os propulsores do movimento: homens de letras e professores (século XX).
    - f) a expansão da literatura infantil brasileira nos últimos tempos. As publicações infanto-juvenis.
  - 2 – Caracterização da literatura infantil.
    - a) A literatura didática e a recreativa: fases e modalidades.
    - b) O ajustamento do literato à evolução da criança: a fase do egocentrismo e da socialização.
    - c) A poesia na literatura infantil: Os pequenos poemas e as fábulas em verso. Os cantos escolares.
    - d) Os requisitos morais e materiais do livro de literatura infantil.
  - 3 – Finalidades didáticas, psicológicas, sociais e morais da literatura infanto-juvenil.
  - 4 – A Biblioteca escolar infanto-juvenil finalidade e organização. Clubes de leitura.
  - 5 – O Teatro Infantil: representações infantis, teatro de sombras, de bonecos, de fantoches.
- II – Prática de composição.
  - a) Reprodução, narração, descrição, desenvolvimento de provérbios, biografia em função do Curso Primário.
  - b) Redação de contos para crianças.
  - c) adaptação de obras clássicas e folclóricas para crianças.
  - d) Organização de programas para comemorações cívicas.
  - e) Dramatizações de fatos históricos, fabulas e contos infantis.
  - f) Composição de pequenas peças para Teatro Infantil.
- III – A Leitura em função do programa.

O aluno continuará os exercícios dos anos anteriores, mas usando como texto obras de literatura infantil.  
(SÃO PAULO, 1958, p. 9-10).

Nesse programa, é apresentada uma concepção de literatura infantil sustentada no estudo de sua história, de suas modalidades/gêneros e das suas funções e requisitos com relação à formação psíquica, moral e social da criança. Embora recém-elaborado, esse programa de ensino, já no ano seguinte, 1959, foi reformulado, dando origem a um novo programa:

3ª. série

Duas aulas semanais.

I – Gramática: Estudo do programa de gramática do Curso Primário

II – Literatura infantil:

a) origem e desenvolvimento;

b) literatura folclórica;

c) literatura de ficção no século XIX;

d) Literatura Infantil no Brasil: precursores e propulsores do movimento;

e) o Teatro Infantil;

f) Poesia na Literatura Infantil;

g) Objetivos da Literatura Infanto-juvenil: Didático, Psicológico, Social e Moral;

h) biblioteca escolar infanto-juvenil.

III – Composição:

a) redação para crianças;

b) adaptação de obras clássicas e folclóricas para crianças;

c) dramatização de fábulas e contos;

d) composição de peças para teatro infantil

IV – Leitura em função do programa. (SÃO PAULO, 1960, p. 45).

O novo programa, comparativamente ao de 1958, não apresenta grandes mudanças. O que se tem é um modo mais sucinto de descrição dos pontos, preservando-se a concepção de literatura infantil identificável no programa de 1958.

Na década de 1960, ocorreram algumas mudanças no âmbito da formação de professores no estado de São Paulo, que incidiram diretamente no ensino da literatura infantil. Em 1964, para se adequar à Lei Federal nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), o Ensino Normal paulista passou por uma reforma, que deixou de prever o ensino da literatura infantil na formação de professores. Essa situação alterou-se em 1968, quando novamente o Ensino Normal paulista passou por ampla reforma, que voltou a instituir a disciplina “Literatura infantil” como obrigatória em todo o estado.

Nesse período, na medida em que era publicada a legislação sobre o ensino da literatura infantil, começaram a ser publicados os primeiros manuais específicos para esse ensino. Entre 1957 e 1970, foram publicados quatro manuais de ensino de literatura infantil e

um manual com capítulo sobre esse ensino. São eles: *Compêndio de literatura infantil*: para o 3º. ano normal (1959), de Bárbara Vasconcelos de Carvalho; *Literatura infanto-juvenil*: de acordo com o programa das Escolas Normais (1961), de Antônio d'Ávila; *O ensino da literatura*: sugestões metodológicas para o curso Secundário e Normal (1966), de Nelly Novaes Coelho; *Pontos de literatura infantil* (1967), de José Benedicto Pinto; e *Como ensinar literatura infantil* (1968), de Maria Antonieta Antunes Cunha.

Esses manuais, seguindo os programas de ensino publicados em 1958 e 1959, tinham como principal objetivo “recomendar” às “jovens professoras” como orientar as leituras de seus alunos, de acordo com a idade de cada um deles (CARVALHO, 1959). Para isso, apresentam: aspectos da história da literatura infantil; breves biografias dos escritores considerados apropriados às crianças; alguns dos gêneros que compõem a literatura infantil, como o cinema, a poesia, as histórias em quadrinho e o teatro; exploram aspectos relativos às contribuições dos livros de literatura infantil para a formação psíquica dos leitores; e apresentam sugestões de como escolher os livros ou mesmo organizá-los em uma biblioteca.

Com relação à concepção de literatura infantil, esses manuais centram-se na ideia de que o livro literário deveria:

[...] guiar, expandir e apurar o gosto das crianças, o desejo de conhecimento do mundo, atendente o seu pendor para a força, coragem, beleza, estoicismo; apuração do gosto estético; ideais nobres de ação e desenvolver sentimentos, afastando as crianças do sentimentalismo piegas e pernicioso (D'ÁVILA, 1961, p. 26).

Também os autores desses manuais defendem o “ajustamento” dos livros à faixa etária e cognitiva dos leitores. Ou seja, recomendam quais livros eram mais apropriados conforme a idade das crianças. Segundo os autores desses manuais: para crianças entre 4 e 7 anos, a fase da “fabulação”, os textos mais adequados eram os contos de fadas e a literatura fantástica; entre 8 e 12 anos, fase do “robinsionismo”, os textos apropriados eram as aventuras e os grandes feitos heroicos e históricos; a partir dos 13 anos, fase do “realismo”, os textos deviam conter característica mais psicológica, como as novelas sentimentais que mobilizam drama, ação e realismo (OLIVEIRA, 2014a).

Outra recomendação também recorrente nesses manuais diz respeito aos aspectos materiais dos livros. Entendem os seus autores que a qualidade do livro era imprescindível para atender os seus pressupostos formativos, por isso, o cuidado com letras, ilustrações, formato, tamanho e linguagem apropriadas a cada faixa etária (OLIVEIRA, 2014a).

### **3. O ensino da literatura infantil e os novos modelos de cursos de formação de professores (1971-2003)**

No início da década de 1970, no auge da Ditadura Militar brasileira, os diferentes níveis de ensino existentes no país passaram por importante reformulação, decorrente da aprovação da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei fixou as diretrizes para o ensino de 1º. e 2º. graus, que, mais do que mudar simplesmente a nomenclatura escolar, significou mudanças importantes no ensino elementar e médio em esfera nacional. Dentre essas mudanças, destacam-se: a ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos (ensino de 1º. grau), tentativa de eliminação da dualidade do sistema educacional; e unificação do ensino secundário e técnico no ensino de 2º. grau.

Em decorrência dessas mudanças, os cursos de formação de professores foram diretamente afetados, pois, ao se fixar novas diretrizes e bases para o antigo ensino primário e secundário, dando criação ao ensino de 1º. e 2º. graus, essa Lei tornou incompatíveis os antigos Cursos Normais com o novo modelo de educação elementar e média do país. Com essas alterações, a Lei nº. 5.692, de 1971, foi responsável pela extinção do Ensino Normal em todo o país e, consecutivamente, das antigas Escolas Normais e Institutos de Educação. Essas instituições foram, gradativamente, sendo transformadas em escolas de 1º. e 2º. Graus e o Ensino Normal foi substituído pelo Ensino de 2º. grau, de caráter profissionalizante (HEM).

No caso do estado de São Paulo, a adequação à Lei nº. 5.692, de 1971, iniciou-se apenas em 1974, com a Deliberação CEE nº. 20. Em 1975, foi estabelecido o currículo para esses cursos, organizado em duas áreas: “Educação Geral” e “Formação Especial Predominantemente sobre a Educação”. As disciplinas relativas à área “Educação Geral” eram organizadas em “Núcleo comum”. A área “Formação Especial Predominantemente sobre a Educação” era organizada em: “Mínimos profissionalizantes”, que se subdivide em “Fundamentos da educação”, “Didática” e “Parte diversificada”.

A disciplina “Literatura infantil” passou a integrar o conjunto das disciplinas da “Parte diversificada” do currículo, estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. Isso possibilita presumir que, além do estado de São Paulo, outros estados passaram a oferecer essa disciplina na formação de professores a partir da década de 1970.

De acordo com esse novo currículo da HEM, a disciplina “Literatura infantil” compunha a grade curricular da 3ª. e 4ª. séries desse curso, com carga horária de duas horas-aulas semanais. No entanto, em 1976, em continuidade à implantação da HEM no

estado de São Paulo, foram instituídos os chamados “aprofundamentos de estudos”, ministrados na 4ª. série da HEM. Esses aprofundamentos eram os seguintes: ensino de 1ª. e 2ª series; ensino de 3ª. e 4ª. séries; e magistério na pré-escola. Com essa mudança, o ensino da literatura infantil passou a integrar todos os “aprofundamentos”.

Em decorrência da implantação da HEM no estado de São Paulo, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas do Estado de São Paulo (CENP), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Educação e responsável pela elaboração de documentos relativos ao currículo, publicou, no ano de 1981, o documento *Habilitação Específica de 2º. Grau para o Magistério*: guias curriculares para a parte diversificada da formação especial. Nesse documento, a CENP apresenta as sugestões metodológicas relativas, dentre outras, à disciplina “Literatura infantil”.

O objetivo desse documento era apresentar “[...] sugestões para a elaboração de um planejamento de curso que [...] serão úteis para o desenvolvimento desse componente curricular.” (SÃO PAULO, 1981, p. 9). Por isso, esse guia está organizado em: introdução; objetivos; conteúdos programáticos; procedimentos; sugestões para a elaboração de um plano de ensino de literatura infantil; sugestões para elaboração de um cronograma; sugestões para o planejamento de pesquisa programada para o primeiro bimestre; sugestões para a escolha de textos teóricos que poderão ser lidos pelos alunos para posterior análise; sugestões para a escolha de textos literários infantis que poderão ser recomendados e analisados em curso de literatura infantil; e sugestões bibliográficas.

Diferentemente de como eram organizados os antigos programas do Ensino Normal, os guias curriculares eram mais amplos, detalhados e diretivos no que se refere à organização de cada disciplina da HEM. Enquanto nos programas do Ensino Normal o habitual era apenas indicar os pontos a serem estudados, ao longo de um ano letivo, em cada matéria/disciplina, os guias curriculares prescrevem, desde os objetivos de cada disciplina, até os procedimentos metodológicos e bibliografia a serem adotados pelos professores.

De acordo com o guia curricular para a disciplina “Literatura infantil”, a justificativa para a inserção dessa disciplina no currículo da HEM se relaciona ao fato de que os professores, ao longo de sua atuação, tinham a seu cargo a formação da criança rodeada pelos meios de comunicação e pelos “afazeres” e “entretenimentos”, os quais a “desviam” do estudo escolar (SÃO PAULO, 1981). Explica-se que por ser o livro escolar, à época, um mero objeto dos trabalhos escolares, o ensino da literatura infantil na HEM se justificava pela necessidade de preparar os professores para ampliar a “força educativa” do livro.

Com base nessas justificativas, esse guia curricular define como um dos principais objetivos do ensino da literatura infantil a problematização da função desse tipo de texto na formação das crianças e, para isso, define os seguintes conteúdos a serem ensinados:

- 1.1 Conceito de literatura infantil
  - 1.1.1 O conceito de literatura e a literatura infantil.
  - 1.1.2 A natureza da obra literária para crianças: elementos essenciais do texto; adequação do texto à faixa etária da criança; elaboração estética do texto.
  - 1.1.3 Formas embrionárias da literatura infantil; a literatura oral; a literatura infantil e o folclore.
- 1.2 Função da literatura infantil.
  - 1.2.1 A função estética do texto literário
  - 1.2.2 As funções subsidiárias da literatura infantil: função didático-informativa; função moralizante; função lúdica.
- 1.3 Os gêneros literários e a infância.
  - 1.3.1 A poesia vinculada à música (cantigas de embalar e de roda, cantigas infantis, canções folclóricas e populares, hinos escolares e patrióticos); a poesia infantil propriamente dita.
  - 1.3.2 A narrativa infantil: características.
  - 1.3.3 O teatro infantil: características.
  - 1.3.4 A integração texto-imagem em formas mistas de narrativa para a infância.
- 2.1 O acesso da criança ao texto literário na antiguidade e na Idade Média.
- 2.2 A literatura infantil nos séculos XVI, XVII e XVIII.
  - 2.2.1 A obra de Perrault.
  - 2.2.2 Rousseau e a literatura infantil.
  - 2.2.3 A pseudo-literatura infantil de Swift e Defoe.
- 2.3 A literatura infantil no século XIX
  - 2.3.1 Os contos de fada: Andersen Grimm.
  - 2.3.2 Literatura surrealista e ficção científica: Lewis Carrol e Júlio Verne.
- 2.4 A literatura infantil no século XX.
  - 2.4.1 Novas experiências na elaboração do texto. As revistas infantis
  - 2.4.2 O livro e o desenvolvimento tecnológico: o disco, o rádio, o cinema e a televisão a serviço da literatura infantil.
- 3.1 Nascimento e desenvolvimento da literatura infantil no Brasil.
- 3.2 Os “pioneiros” da literatura infantil: Alberto Figueiredo Pimentel, Olavo Bilac, Coelho Neto.
- 3.3 O mundo literário brasileiro e a literatura infantil: as obras infantis de Manuel Bandeira, Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, José Lins do Rego, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Clarice Lispector, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Correia Júnior, Osman Lins, Francisco Marins.
- 3.5 Autores especializados em literatura infantil.
  - 3.5.1 A poesia de Zalina Rolim e Estórgio Wanderley.
  - 3.5.2 A narrativa de Thales Castanho de Andrade, Ofélia e Nerbal Fontes, Lúcia Machado de Almeida, Gondim da Fonseca, Malba Tahan, Viriato Correia e outros.
  - 3.5.3 O teatro de Maria Clara Machado.
- 3.6 A literatura infantil brasileira na atualidade: polêmica e perspectivas.
- 4.1 Características da criança brasileira.
- 4.2 O acesso da criança às formas auditivas e verbais de comunicação de massa: o rádio e o disco; o cinema e a televisão; as revistas.

#### 4.3 O livro infantil no Brasil

4.3.1 O livro didático e o livro recreativo.

4.3.2 Aspecto material do livro infantil: formato, encadernação, paginação, ilustração, colorido, configuração tipográfica.

4.3.3 Aspecto literário do livro infantil: conteúdo e linguagem.

#### 4.4 Bibliotecas escolares e bibliotecas infantis.

4.4.1 Organização

4.4.2 Programação de atividades. (SÃO PAULO, 1981, p. 33-35).

Para o desenvolvimento desses conteúdos, esse guia curricular apresenta relação de cinco livros, considerados básicos para o entendimento de cada assunto. São eles: *Problemas da literatura infantil* (1951), de Cecília Meireles; *Compêndio de literatura infantil* (1959), de Bárbara Vasconcelos de Carvalho; *Curso de literatura infantil* (1958), de Antenor Santos de Oliveira; *A literatura infantil*<sup>viii</sup> (1978), de Jesualdo Sosa; e *A literatura e o rádio* (1956), de C. Holzamer.

Ainda na década de 1980, concomitantemente ao funcionamento da HEM, passaram a ser criados no estado de São Paulo e em todo o Brasil os primeiros Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), os quais também ofereciam um curso de formação de professores. A criação dos CEFAMs esteve diretamente relacionada às críticas que se faziam à HEM, por serem esses cursos considerados defasados e pouco adequados para formar os professores brasileiros.

A partir de quando os CEFAMs começaram a ser instalados no estado de São Paulo, em 1988, eles tiveram sua organização curricular pautada na Deliberação CEE nº. 30/87, que havia sido promulgada para reestruturação da HEM. Além dessa Deliberação, que implantava um currículo semelhante na HEM e no CEFAM, foram estabelecidas algumas disposições específicas para o CEFAM, por meio da Resolução CEE nº. 15, de 1988. Nessa resolução, constam três diretrizes importantes para se organizarem os currículos dos cursos de formação de professores nesses centros: necessidade de equilibrar a carga horária das disciplinas da “Parte comum” do currículo com a “Parte diversificada”, com a distribuição das disciplinas de formação geral ao longo de todo o curso; destinação de carga horária para as disciplinas de metodologia correspondentes ao currículo da pré-escola e das quatro primeiras séries do 1º. grau; e unificação das disciplinas da área de “Fundamentos da Educação”.

Em decorrência dessas diretrizes, o curso de formação de professores do CEFEM previa carga horária em período integral, assim distribuída: período da manhã direcionado às disciplinas que compunham o currículo; e período da tarde destinado às disciplinas de enriquecimento curricular e realização do estágio supervisionado.

Até meados da década de 1990, o curso de formação de professores do CEFAM seguia as mesmas orientações normativas sobre organização curricular que a HEM, porém, com perspectiva política e teórica específica. Essa especificidade se deu, sobretudo, pelo processo de acompanhamento e de orientação técnica da CENP, voltadas exclusivamente para o CEFAM.

No que se refere ao ensino da literatura infantil no CEFAM, o documento que subsidiou a organização desse ensino foi o documento *Habilitação Específica de 2º. Grau para o Magistério*: guias curriculares para a parte diversificada da formação especial, publicado em 1981, pela CENP. Porém, devido à flexibilização do currículo permitido pela legislação dessas instituições, a inserção e oferta dessa disciplina ficou a critério de cada uma das 54 unidades existentes no estado.

O que se pode observar é que, em alguns casos, a disciplina “Literatura infantil” foi mantida, em outros, esse ensino foi incorporado aos conteúdos da disciplina “Metodologia da Língua Portuguesa”.

Concomitantemente ao processo de implantação dos novos modelos de cursos de formação de professores no estado de São Paulo, foram publicados novos manuais destinados ao ensino da literatura infantil. Nesse período, entre 1971 e 2003, foram publicados cinco novos manuais. São eles: *Literatura infantil: teoria & prática* (1983), de Maria Antonieta Antunes Cunha; *Introdução à literatura infantil e juvenil* (1984), de Lúcia Pimentel Góes; *Literatura infantil: gostosuras e bobices* (1989), de Fanny Abramovich; e *Estudos de literatura infantil* (1991), de Manoel Cardoso.

Nesses manuais, observa-se a manutenção da concepção de ensino da literatura infantil centrada na “recreação” e “instrução”, tendo como objetivo central o desenvolvimento psíquico e moral infantil. Por isso, esses manuais apresentam conteúdo muito semelhante ao dos manuais publicados anteriormente, nas décadas de 1950 e 1960. O que se observa também é que esses novos manuais citam os anteriores como referência teórica no estudo desse gênero literário.

O único manual de ensino publicado após 1980 que apresenta uma concepção de literatura infantil contrária à ideia até então recorrente é o de Abramovich (1989). Essa autora, baseando-se nas recentes publicações da época, como Zilberman (1981), Lajolo e Zilberman (1984) e Perrotti (1986), apresenta uma concepção de literatura infantil desvinculada dos pressupostos psicológicos e moralizantes e se detém na exploração da “literariedade” do texto e na formação estética do leitor. Pode-se afirmar que o manual de

Abramovich (1989) é indicativo do espaço que vinha ganhado esse “novo” discurso sobre a literatura infantil, formulado a partir de uma visão acadêmica (e não mais ligado à formação de professores), decorrente das pesquisas científicas que vinham sendo elaboradas em programas de Pós-Graduação em Letras e Educação do país.

Desse modo, a partir da década de 1980, o ensino da literatura infantil foi perdendo espaço nos cursos de formação de professores, até ser extinto oficialmente. Isso ocorreu com a publicação da Resolução nº. 119, que pôs fim aos CEFAMs e às HEM remanescentes, tendo em vista a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixou a obrigatoriedade da formação dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental em cursos de nível superior, como cursos de Pedagogia.

#### **4. O ensino da literatura infantil na formação de professores: alguns de seus sentidos...**

Ao se observar o movimento histórico de instituição, sistematização e consolidação do ensino da literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo, é possível compreender que esse ensino ocupou lugar importante na consolidação da literatura infantil como gênero literário e ramo editorial e como campo de investigação e de ensino.

Um primeiro aspecto que a história do ensino da literatura infantil possibilita compreender é o relativo ao processo de formação de um saber escolar sobre esse gênero literário e seu gradativo “funcionamento”<sup>ix</sup> e utilização como saber teórico. Os programas e manuais de ensino, na medida em que definiam o que e como se devia ensinar literatura infantil na formação de professores, foram responsáveis por produzir formulações com relação à conceituação, aos usos, às características e às funções desse gênero literário, também utilizadas para subsidiar estudos e pesquisas sobre o assunto.

Ao longo da segunda metade do século XX, devido à escassez de textos que tratavam da literatura infantil, os manuais de ensino começaram a ser utilizados como referencial teórico nos estudos produzidos na época. Isso pode ser observado, por exemplo, na elaboração de livros, como, *Literatura infantil brasileira* (1968), de Leonardo Arroyo, e *Literatura infantil: história, teoria, análise* (1981), de Nelly Novaes Coelho.

Outro aspecto que se observa com relação à história do ensino da literatura infantil é a forte influência da Psicologia como ciência base para as discussões formuladas sobre esse gênero literário, ao longo da segunda metade do século XX. Como um saber formulado no interior da escola, quer como gênero literário, quer como tema de estudo/campo

de conhecimento, a literatura infantil também esteve submetida à “psicologização” do ensino, decorrente do processo em que a Psicologia foi se tornando ciência diretora da Educação.

A recorrente defesa do “ajustamento” dos livros ao desenvolvimento psíquico infantil e a definição das funções psicológicas e morais dos livros são apenas alguns dos exemplos que mostram que a foi a Psicologia também a ciência base para a formulação sistematizada do saber sobre esse gênero literário, produzido no século XX brasileiro. Ou seja, foi a partir dos parâmetros e dos conceitos da Psicologia, em suas diferentes vertentes, que foram sendo definidos o que servia e o que não servia para ser publicado como literatura infantil, por isso, definindo o que era e o que não era literatura infantil.

Por fim, um terceiro aspecto que o ensino da literatura infantil possibilita compreender é o processo pelo qual foram sendo canonizados como “clássicos” alguns escritores e seus respectivos livros. Ao se observarem os documentos relacionados a esse ensino, pode-se notar que eles foram apresentando definições do que seria a “boa” literatura infantil, com isso, balizando o que se devia/podia ou não escrever e publicar para crianças.

Conforme a produção de livros desse tipo foi crescendo, sobretudo pela sua maior circulação no âmbito escolar, os escritores, de alguma forma, buscaram atender ao que se compreendia como adequado aos pequenos leitores. Muitos dos escritores *de* literatura infantil, que foram se especializando nesse ramo, tiveram de se adequar aos padrões de literatura infantil defendidos nos programas e manuais de ensino.

Isso ocorreu porque os livros com destinação escolar, antes de serem publicados, tinham de passar pelo crivo do editor, que avaliava os originais a partir dos parâmetros de exigência das autoridades escolares. Ou seja, para circular no ambiente escolar, os livros precisavam atender aos anseios educacionais em vigência, expressos na legislação educacional do período.

Por esses aspectos, pode-se dizer que o modo como se define a literatura infantil e se compreendem as suas funções e requisitos nos programas e manuais de ensino, de certo modo, serviu de base para escritores produzirem seus respectivos livros. Ao se institucionalizar o ensino da literatura infantil e produzir normatizações e concretizações relacionadas a esse ensino, contribuiu-se para a construção e para a disseminação de um padrão de livro literário para crianças, padrão esse que regulamenta, desde questões mais complexas, como forma narrativa, tema, estilo, até questões mais pontuais, como tipo de papel e forma de encadernação.

Esse “padrão” de literatura infantil, delineado nos manuais e programas de ensino, contém a descrição de características que os livros deviam atender, tais como: histórias constituídas em torno de personagens que servem como modelo do bom comportamento moral, evitando-se a descrição e/ou narração de cenas violentas e de crimes; utilização de linguagem simples, objetiva, correta e “colorida”, mas com o cuidado de não cair na “puerilidade”, na infantilização do texto; construção de um texto que possibilite o fácil entendimento das crianças, daí a escolha de assuntos ligados ao universo infantil; a recomendação, para crianças menores, de livros “ricamente” ilustrados, com pouco ou nenhum texto verbal; uso de formas narrativas com “dramatismo” e “movimentação”, que, mesmo com personagens que passem por diversos obstáculos, apresentem um desfecho feliz; narrativas que fujam das descrições e digressões longas, bem como do “tom” moralizador, pois a moral deve ser percebida “naturalmente”; com relação aos aspectos materiais, escolha de bom papel para impressão, evitar ilustrações que não contribuem para a compreensão do texto verbal, escolha de boa encadernação, que facilite o manejo, letras redondas e grandes, principalmente para crianças pequenas, e uso de cores vivas; e adequação do tipo de texto conforme a idade cronológica e o desenvolvimento psíquico infantil.

A partir desse “padrão” de livro, alguns escritores tornaram-se recorrentemente indicados nos manuais, como exemplos do que se considerava a “boa” e “verdadeira” literatura infantil, o que contribuiu para canonizá-los como “clássicos” da literatura infantil universal e nacional. Dente esses escritores, destacam-se: Daniel Defoe; Jonathan Swift; irmãos Grimm; Hans Christian Andersen; Carlo Collodi; Esopo; Fedro; Jean de La Fontaine; Lewis Carroll; Júlio Verne; Monteiro Lobato; Alberto Figueiredo Pimentel; Olavo Bilac; Thales de Andrade; Viriato Corrêa; Francisco Marins; Arnaldo de Oliveira Barreto; Lúcia Machado de Almeida; Erico Veríssimo, entre outros.

Ainda que grande parte desses escritores apresente, de fato, inquestionável valor literário nas obras que produziram, a recorrente menção a eles e a insistência na adoção de seus livros como uma literatura infantil adequada à formação das crianças que se pretendia, à época, contribuiu para que fossem incorporados como “clássicos”, sem muito se questionar os seus padrões literários, tendo em vista o modo como se compreende o gênero, hoje.

### **Considerações finais**

Mediante os aspectos apresentados em relação à história do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores no estado de São Paulo, é possível

compreender essa história como um movimento em favor da “invenção de uma tradição”, que pode ser resumida na ideia de que o “Belo” (como valor estético) somente tinha sua razão de ser estivesse a serviço do “Bem” (como finalidade educativa mais pragmática).

Conforme explica Hobsbawn (1984), uma “tradição inventada” compreende:

[...] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas: tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (p. 10).

Constituída a partir do processo pelo qual se formou um saber escolar *sobre* a literatura infantil, que funcionou posteriormente como saber teórico, a “tradição” que se “inventou” em torno desse gênero literário contribuiu para disseminar valores (de ordem psicológica e educativa) a respeito dos livros literários destinados às crianças.

Ao explicitar o que se considerava como literatura recomendável ou não recomendável às crianças e indicar comportamentos, sentimentos e reações que deviam se “formar” nesses leitores, os documentos relacionados ao ensino da literatura infantil concorreram para a construção de uma concepção de literatura infantil e de um modelo de leitor, que ainda se encontra presente no imaginário educacional brasileiro. Esse modelo, embora venha sendo questionado e combatido desde a década de 1980, continua perceptível, ainda que não mais de forma hegemônica, na atuação de muitos professores.

Ainda hoje, observa-se nas falas (e atuação) de professores a defesa das fábulas e dos contos de fadas como textos mais apropriados à cognição das crianças menores, sem se saber de fato o que sustenta argumentação do tipo; o entendimento de que a extensão do texto verbal e o uso da ilustração relacionam-se diretamente à idade cronológica e capacidade cognitiva da criança, como uma ideia de quanto menor é a criança também menor deve ser o livro dado a ela; a preocupação com relação a textos que possam servir como “modelo” de comportamentos adequados ou úteis ao ensino “agradável” de determinados conteúdos (os livros de alunos e filhos “exemplares”, os livros para “ensinar” sobre a reprodução humana; os livros que servem para ensinar como “respeitar” os amigos; livros para “instigar” escovação e boa alimentação, livros que servem como pretexto para ensinar Ciências ou Matemática, etc.); e a compreensão de que livros para crianças precisam tratar de temas simples, com linguagem simples, “preservando” a criança de temas complexos, com desfechos “tristes” ou “infelizes”, pois essas não se encontram “preparadas” para tal empreitada.

Em vista desses aspectos, embora o ensino da literatura infantil, tal como foi sistematizado ao longo do século XX, não mais figure na formação dos professores (uma vez que hoje não há um lugar oficial que garanta essa formação nos cursos de Pedagogia do país), é possível afirmar que, como uma “tradição inventada”, ainda se encontram rastros sutis, porém não menos impactantes, na atuação dos professores, hoje. Talvez, por isso, pensar sobre a história de seu ensino nos cursos de formação de professores seja um caminho fecundo (e promissor) de se compreender essas permanências, a fim de pensar e projetar outras ações para o presente e futuro.

## Notas

<sup>i</sup> Dentre as pesquisas a que me refiro, destaco as de: Magnani (1998); Mortatti (2003; 2011); Oliveira (2012); Mortatti e Oliveira (2015); e Dalvi (2015).

<sup>ii</sup> Refiro-me, aqui, aos resultados divulgados pela pesquisa Retratos da leitura no Brasil, do Instituto Pró-Livro. De acordo com os dados dessa pesquisa, mais de 50% da população brasileira não tem hábito de leitura; e entre os que têm, a leitura é de, no máximo, dois livros na íntegra, por ano; normalmente nenhum desses livros são de literatura (PRÓ-LIVRO, 2012).

<sup>iii</sup> No Brasil, até 1975, as Escolas Normais e Institutos de Educação, que ofereciam o Curso Normal, eram as instituições responsáveis pela formação dos professores primários. Entre as décadas de 1970 e meados dos anos 1990, as Escolas de 2º. Grau, que ofereciam o curso de Habilitação Específica de 2º. Grau para o Magistério se tornaram as instituições responsáveis pela formação dos antigos professores primários, que nesse período passaram a ser denominados professores de 1º. grau. A partir do final da década de 1980 até 2005, foram instalados, no estado de São Paulo, os Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), que se tornaram as instituições responsáveis pela formação desses professores. A partir da segunda metade do século XX, concomitantemente ao funcionamento desses cursos, começaram a ser criados os primeiros cursos de Pedagogia no país, no entanto, neles, a disciplina “Literatura infantil” nunca integrou o currículo como uma normativa de abrangência oficial, como ocorreu com os cursos em nível médio. Por essa razão os cursos de Pedagogia não são aqui enfocados.

<sup>iv</sup> A opção por focar aspectos do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores primários do estado de São Paulo decorreu do fato de que foi nesse estado que esse ensino foi instituído de modo pioneiro, no Brasil. Sobre o assunto, ver Oliveira (2014a).

<sup>v</sup> Os manuais de ensino são um tipo de livro didático destinado à utilização em cursos de formação de professores, que contém os saberes teóricos e práticos considerados necessários para que os professorandos aprendam a ensinar determinada disciplina ou matéria do curso primário.

<sup>vi</sup> Informações detalhadas sobre esses e todos os demais manuais aqui mencionados encontram-se em: Oliveira (2014a).

<sup>vii</sup> Sobre Jesualdo Sosa, o livro *La literatura infantil e a circulação do pensamento desse uruguaio no Brasil*, ver: Oliveira (2014b).

<sup>viii</sup> Trata-se da versão traduzida, no Brasil, do livro *La literatura infantil*.

<sup>ix</sup> Considerar a “funcionalidade” do texto significa tratá-lo como processo social e lugar de conflitos, entendendo que: “Enquanto fato social em processo, a noção de texto inclui não só a escritura, edição e circulação, mas também sua leitura (utilização).” (MAGNANI, 2001).

## Referências

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1989.

CARVALHO, B. V. *Compêndio da literatura infantil: para o 3º. ano normal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

D'ÁVILA, A. *Literatura infanto-juvenil: de acordo com o programa das Escolas Normais*. Editora do Brasil, 1961.

DALVI, M. A. Literaturas e infâncias: pesquisa (d)e pós-graduação como espaço político. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 46, p.153-173, 2015.

HOBBSAWN, E. Introdução: A invenção das tradições. In: \_\_\_\_\_; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: ed. Globo, 1982.

MAGNANI, M. R. M. Entre a literatura e o ensino: um balanço das tematizações brasileiras (e assisenses) sobre literatura infantil e juvenil. *Miscelânea*. v. 3, p. 247-257, 1998.

\_\_\_\_\_. *Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORTATTI, M. R. L. *Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano*. Marília, 2003.

\_\_\_\_\_. *Bibliografia brasileira sobre história do ensino de língua e literatura no Brasil (2003-2011)*. Marília, 2011.

MORTATTI, M. R. L; OLIVEIRA, F.R. Quatro décadas de produção acadêmica brasileira sobre literatura infantil: avanços, contradições e desafios. *Teias*. v. 16, n. 41, p. 10-32, abr./jun. 2015.

OLIVEIRA, F. R. A produção acadêmico-científica brasileira sobre literatura infantil e juvenil e a constituição de um campo de investigação. In: DÍAZ, J. M. H. (Org.). *Formación de Élités y Educación Superior em Iberoamérica (Ss. XVI-XXI)*. Salamanca: Hergar, 2012.

\_\_\_\_\_. *História do ensino da literatura infantil nos cursos de formação de professores primários no estado de São Paulo, Brasil (1947-2003)*. 2014. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014a.

\_\_\_\_\_. Ética, estética e psicopedagogia no ensino da literatura infantil: a circulação do pensamento do uruguaio Jesualdo Sosa no Brasil do século XX. *Historia de la Educación*. v. 15, n. 1, p. 29-44, 2014b.

PERROTTI, E. *O texto sedutor na literatura infantil*. São Paulo: Ícone, 1986.

PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil*. Brasília: Instituto Pró-livro, 2012.

SÃO PAULO (estado). Lei Estadual n. 3.739, de 22 de janeiro. In: \_\_\_\_\_. *Coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1957.

\_\_\_\_\_. *Programas do curso normal*. São Paulo: Editora do Brasil, 1958.

\_\_\_\_\_. *Legislação do ensino normal no estado de São Paulo, atualizada até 30 de abril de 1960*. n. 4, abr. 1960. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, 1960.

\_\_\_\_\_. *Habilitação específica de 2º. Grau para o magistério: guias curriculares para a parte diversificada da formação especial*. São Paulo: CENP, 1981.

SOSA, J. *La literatura infantil*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1944.

ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 1981.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em setembro de 2015.